no Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, sempre que se verifiquem intervenções numa faixa de 10 m para cada lado das margens das linhas de água:

Assim, desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, e mediante o ónus de obtenção, junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, de licença de utilização do domínio hídrico, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional:

Determina-se:

No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público da empreitada relativa ao projecto do «Sistema interceptor de Almargem», sujeito ao cumprimento das medidas de minimização supramencionadas, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade da interessada repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

27 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 7447/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Julho de 2005 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional: Seomara de Andrade Ferreira Pisco Rovisco Matono, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo — autorizada a concessão de licença sem vencimento de longa duração, pelo período de cinco anos, com início em 12 de Setembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Agosto de 2005. — O Vice-Presidente, *António Costa da Silva*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 7448/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Março de 2005 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional: Carolina Ribeiro Pinto de Sousa Guimarães — autorizada a celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo, com início em 1 de Junho de 2005 e pelo período de seis meses, para o exercício de funções correspondentes a técnico superior de 2.ª classe, a exercer na ON — Operação Norte, auferindo a remuneração mensal equivalente ao escalão 1, índice 400, da tabela salarial da função pública. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2005. — A Administradora, *Teresa do Rosário*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 606/2005. — A Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2005, de 24 de Maio, criou o Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), tendo definido os critérios para a selecção dos projectos que podem merecer tal reconhecimento.

A mesma resolução determinou ainda que o reconhecimento fica dependente de requerimento a apresentar pelos interessados, nos termos a definir por despacho conjunto dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 10 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2005, de 24 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — É aprovado o modelo de requerimento a dirigir à comissão de avaliação e acompanhamento dos projectos PIN, o qual é publicado em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O requerimento a solicitar o reconhecimento de um projecto como PIN deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Descrição genérica do projecto, nomeadamente através da indicação da actividade económica, localização prevista ou localizações alternativas, tecnologias envolvidas, produtos ou serviços prestados;
- Enquadramento do projecto na estratégia global da empresa;
- Estudos de viabilidade do mercado e outros que sustentem o projecto;
- Estudos de impacte ambiental, quando existam, ou caracterização dos principais impactes ambientais do projecto;
- Planos de investimento e de financiamento e respectivo comentário do proponente;
- Síntese descritiva do enquadramento do projecto nos instrumentos de gestão territorial em vigor, nomeadamente planos municipais e especiais de ordenamento do território, e servidões ou restrição de utilidade pública que incidam sobre a área de intervenção;
- Extracto das plantas de ordenamento e de condicionantes dos planos municipais e planos especiais de ordenamento do território aplicáveis com a implantação do projecto;
- Autorizações, aprovações, licenças, pedidos de informação prévia ou pareceres relativos ao projecto, quando existam;
- Ortofotomapa ou fotografia aérea com a implantação do projecto.

3 — Sem prejuízo do disposto do n.º 2, a comissão pode solicitar outros elementos que se mostrem necessários para a análise do projecto.

4 — Quando não seja possível, por razões de ordem objectiva, apresentar todos os elementos, a comissão pode dispensar fundamentalmente a sua apresentação.

25 de Julho de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

ANEXO

Modelo de requerimento

Agência Portuguesa para o Investimento, a/c Comissão de avaliação e acompanhamento dos projectos PIN, Edifício Península, 7.º, S, 702, Praça do Bom Sucesso, 127-131, 4150-146 Porto.

Ex.ªs Srs.:

... (nome da empresa), sedeada em ... (localização da sede), com o NIPC ..., vem solicitar, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2005, de 24 de Maio, a qualificação de potencial interesse nacional (PIN) para o projecto de investimento ... (designação do projecto), no montante de € ..., a realizar no concelho ⁽¹⁾ de ..., o qual consiste em: ... (descrição sumária mas completa).

Para o efeito, anexa os elementos instrutórios veiculados por essa comissão nos termos dos n.ºs 2 e 3 do despacho conjunto n.º ..., publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de .../.../..., devidamente identificados, divididos e numerados por anexos de 1 a ...

A Administração ⁽²⁾:

... (nome).
... (data).

⁽¹⁾ Quando se trate de projecto a implementar em mais de um concelho, devem ser referidos os concelhos em causa e resumidamente as componentes a implementar num e noutro concelho.

⁽²⁾ O signatário do requerimento deve juntar prova dos poderes de representação e obrigação da empresa.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral do Turismo

Aviso (extracto) n.º 7449/2005 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral do Turismo de 29 de Julho de 2005:

Raquel Dias Baptista, técnica profissional de 1.ª classe da carreira técnica profissional do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo — reclassificada na categoria de técnica de 2.ª classe da carreira técnica do mesmo quadro de pessoal, nos termos das alíneas d) e e) do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei

n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 295.

5 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Teresa Monteiro*.

Inspeção-Geral de Jogos

Rectificação n.º 1416/2005. — Por ter saído com inexactidão o n.º 8.2 do aviso n.º 6978/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, rectifica-se que onde se lê «Rua de D. Luís I, 2.º, 1200-149 Lisboa» deve ler-se «Rua de D. Luís I, 5, 2.º, 1200-149 Lisboa».

4 de Agosto de 2005. — O Subinspector-Geral, em substituição do Inspector-Geral, *António José Maria Alegria*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17 986/2005 (2.ª série). — Através do despacho n.º 9969/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2005, determinei que fosse destacado, para exercer funções de apoio ao meu Gabinete, o assistente administrativo principal, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral deste Ministério, João Alberto Brito Santos.

Tornando-se necessário, neste momento, proceder à nomeação de um motorista para o meu Gabinete, determino que o assistente administrativo principal, João Alberto Brito Santos, passe a exercer funções de motorista no meu Gabinete.

1 de Julho de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 17 987/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Julho de 2005 do subdirector-geral das Pescas e Aquicultura:

Cândido Rui Serrão Gomes e Susana Cristina Fernandes da Fonseca Felizardo, técnicos de informática-adjuntos dos níveis 3 e 2 respectivamente, da carreira de técnico de informática — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 1, índice 320, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data do despacho.

Nuno Miguel Monteiro Braz, técnico de informática do grau 1, nível 1, a exercer funções em regime de contrato administrativo de provimento no Instituto para a Qualidade na Formação — nomeado, precedendo concurso, em regime de contrato administrativo de provimento, com a duração de seis meses, correspondente ao período de estágio, na categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos à data da aceitação, ficando posicionado no escalão 3, índice 370.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Eurico Monteiro*.

Rectificação n.º 1417/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 16 579/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 1 de Agosto de 2005, a p. 10 994, rectifica-se que onde se lê «nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos especialistas de informática do grau 2, nível 1,» deve ler-se «nomeados definitivamente, precedendo concurso, especialistas de informática do grau 2, nível 1».

1 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Eurico Monteiro*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 17 988/2005 (2.ª série). — Por despachos de 15 de Junho e de 18 de Julho de 2005, respectivamente da subdirectora-geral

dos Recursos Florestais e do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Arménio Manuel Trindade Ricardo, assistente administrativo especialista — autorizada a requisição nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Agosto de 2005, ficando afecto ao Núcleo Florestal do Alto Alentejo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Despacho n.º 17 989/2005 (2.ª série). — Por despachos de 6 e de 19 de Julho de 2005, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais e do director regional de Agricultura do Alentejo:

Maria Paula Vidigal Canelas Pinto Besugo, assistente administrativa especialista — autorizada a requisição para esta Direcção-Geral, com efeitos a 1 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Despacho n.º 17 990/2005 (2.ª série). — Por despachos de 15 de Junho e de 8 de Julho de 2005, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais e do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, foi autorizada a requisição, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, do vigilante da natureza Agostinho Manuel Alves Tomás, com efeitos a 1 de Agosto de 2005, ficando afecto ao Núcleo Florestal do Alto Alentejo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 17 991/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Agosto de 2005 do director-geral de Veterinária:

Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos, técnica superior principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária — nomeada para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico deste organismo, em conformidade com o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos a 25 de Julho do corrente ano.

Anexa-se síntese da nota curricular académica e profissional da nomeada. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — A Directora de Serviço, *Aida Sebastião Palminha*.

Nota curricular

Nome — Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos.

Data de nascimento — 20 de Agosto de 1965.

Habilitações — licenciatura em Direito.

Lugar do quadro — técnico superior principal da carreira de jurista, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária.

Actividade profissional:

De 19 de Fevereiro de 1990 a 1 de Abril de 1993, exercício das funções de jurista no Gabinete de Apoio Jurídico da Direcção-Geral da Pecuária;

De 2 de Abril de 1993 a 1 de Maio de 1997, exercício das funções de jurista na Divisão de Apoio Jurídico do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar;

Desde 2 de Maio de 1997, exercício das funções de jurista no Gabinete Jurídico da Direcção-Geral de Veterinária;

Formadora nas áreas de direito administrativo, direito contra-ordenacional e legislação específica da Direcção-Geral de Veterinária.

Despacho n.º 17 992/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Agosto de 2005 do director-geral de Veterinária:

Paulo Fernando Gonçalves Duarte, tratador de animais, da carreira de tratador de animais, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária — nomeado em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a 1 de Maio do corrente ano, para o exercício das funções correspondentes à carreira de assistente administrativo, com vista a posterior reclassificação pro-